Comunicação e Igualdade Racial: Atuação de Movimentos Negros na 1ª Conferência Nacional de Comunicação[1]

Cecília Bizerra SOUSA[2]
Fernando Oliveira PAULINO[3]
Universidade de Brasília

Resumo

Este artigo pretende analisar a atuação de integrantes de movimentos negros na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom, 2009). O trabalho busca compreender o processo histórico em que essa atuação ocorreu, de modo a interpretar o que ela significa para o contexto das políticas públicas de comunicações no Brasil. Preocupadas com a invisibilidade dos negros nos veículos de comunicação, o combate ao racismo e a promoção da diversidade racial na mídia, as organizações negras também se apropriaram da promoção do direito à comunicação, e um marco desse processo foi o envolvimento na reivindicação e construção da 1ª Confecom, que resultou na aprovação de uma quantidade significativa de propostas e contribuiu para o amadurecimento e aprofundamento da recente mobilização de movimentos negros voltada às políticas de comunicações.

Palavras-chave

Movimentos negros; políticas de comunicações; racismo; comunicação; igualdade racial.

1. Apresentação

Estudos acadêmicos e debates públicos envolvendo o tema das políticas de comunicações no Brasil passaram a ocorrer de forma mais sistematizada e organizada a partir da década de 1970. Dentre os fatores que reforçaram esta possibilidade, pode-se destacar: a publicação do relatório "Um mundo, muitas vozes" (UNESCO, 1983); a criação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) em 1974; a convocação e realização da Assembleia Nacional Constituinte entre 1986 e 1988; as discussões que levaram à aprovação da Lei nº 8.977/1995 (Lei do Cabo) e as ações relacionadas à TV Digital nos anos 2000. A intensificação das reflexões e propostas de políticas de comunicações se acentuaram em 2009, com a realização da 1ª Conferência

[1] Trabalho apresentado no VI Colóquio Brasil-Estados Unidos de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestra em Comunicação pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), área de concentração "Políticas de Comunicação e Cultura". Analista Técnica de Políticas Sociais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). ceciliabsousa.pi@gmail.com

[3] Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Diretor Administrativo da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC). Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. paulino@unb.br

Nacional de Comunicação (Confecom), que contou com a participação de representantes do Poder Público em todas as suas esferas e níveis e de membros da sociedade civil e do empresariado do setor das comunicações. É válido destacar que conferências nacionais são, conforme SOUZA (2008), espaços públicos em geral convocados pelo Poder Executivo para interlocução direta entre agentes do Estado e da Sociedade Civil com a finalidade de formulação de diretrizes para políticas públicas.

A realização da 1ª Confecom – o mais abrangente evento da história brasileira no que se refere à discussão de políticas de comunicações – contribuiu não apenas para que o debate sobre o tema ganhasse maior amplitude no país, mas também para que fosse criado, no ano de 2010, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaborar uma proposta de novo marco regulatório para as comunicações.

Os estudos e debates públicos envolvendo os temas comunicação e igualdade racial têm acontecido desde a década de 1990, quando organizações da sociedade civil e núcleos acadêmicos de pesquisa trazem à reflexão a questão racial na comunicação. Nos anos 2000, esses debates levaram ao engajamento direto de algumas destas organizações com o tema em espaços diversos, entre eles o da 1ª Confecom, por meio da organização de uma articulação para discutir e formular propostas de políticas públicas que visassem a contribuir para a efetivação da promoção da igualdade racial no Brasil no campo das comunicações.

Assim sendo, o artigo se propõe a investigar como se deu a participação de movimentos negros na 1ª Confecom, identificando o que pautaram, articularam e conseguiram aprovar de propostas de políticas de comunicações relacionadas à questão racial. A pesquisa também pretende compreender o processo histórico em que a Confecom ocorreu (especialmente entre integrantes de movimentos negros), de modo a interpretar e compreender o que isso significa para o contexto das políticas públicas de comunicações no Brasil.

2. Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa foi utilizado o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica da Profundidade (HP), proposto por John B. Thompson (1995). Tal perspectiva propõe procedimentos em três fases distintas e complementares: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva e (re)interpretação. As maneiras como as formas simbólicas foram interpretadas e compreendidas nos vários contextos que envolveram a 1ª

Confecom e a articulação Enegrecer a Confecom[4] foram reconstruídas por meio de entrevistas, documentos oficiais, reportagens e observação participante. Assim, foram levantados diversos documentos, entre eles: atas oficiais das reuniões da Comissão Organizadora Nacional (CON); documento final da 1ª Confecom; Decreto de Convocação, Regimento Interno, portarias, resoluções e demais normativas da Confecom; reportagens de veículos especializados sobre a conferência e todo o seu contexto; documentos produzidos pela sociedade civil e pelos empresários e foram realizadas sete entrevistas com atores-chave do processo[5].

3. Racismo, desigualdades e organização coletiva da população negra

Considerado por Helio Santos[6] (2006) o movimento social mais antigo do país, desde os quilombos até os dias atuais, o Movimento Negro Brasileiro passou por diversas fases. Hoje, é composto por um significativo número organizações que contemplam certa diversidade e pluralidade de matizes, mas, essencialmente, convergem em uma mesma demanda: combater o racismo no Brasil que, para Ianni (2004), vem se recriando ao longo da história.

> (...) o racismo tem suas raízes nos séculos de escravismo, reiterando-se e desenvolvendo-se, ou recriando-se no curso dos diversos períodos em que se divide o regime republicano, permeando o agrarismo e o industrialismo, a ruralidade e a urbanidade, os espaços públicos e privados, leigos e religiosos, governamentais e empresariais. (IANNI, 2004, p. 145)

[4] Formada por cerca de 30 entidades, a articulação Enegrecer a Confecom foi o instrumento por meio do qual os movimentos e atores sociais negros realizaram conferência livres da população negra em vários processos locais da Conferência Nacional de Comunicação, e se organizaram para eleger representantes e levar propostas voltadas à promoção da igualdade racial e o combate ao racismo para a 1ª Confecom.

[5] Foram entrevistados os representantes do Poder Público: Octavio Pieranti – Representante do Ministério das Comunicações (Minc) na Comissão Organizadora Nacional (CON) da 1a Confecom; e Marcelo Manzatti – Delegado do Poder Público na 1a Confecom e Mediador do Grupo de Trabalho 15 (Respeito e promoção da diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero, orientação sexual; proteção a segmentos vulneráveis, como crianças e adolescentes), onde a maioria das propostas da articulação Enegrecer a Confecom estava concentrada. Da sociedade civil foram entrevistados: Jonas Valente – Representante do Intervozes-Coletivo Brasil de Comunicação Social na Comissão Organizadora Nacional da 1a Confecom; Josué Franco Lopes – Representante da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço Nacional) na Comissão Organizadora Nacional da 1ª Confecom e membro da articulação Enegrecer a Confecom; Valdice Gomes – Representante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de Alagoas (Cojira-AL) na Comissão Organizadora Estadual da Confecom de Alagoas e membro da articulação Enegrecer a Confecom; Pedro Caribé – Representante do Intervozes-Coletivo Brasil de Comunicação Social na Comissão Organizadora Estadual da Confecom na Bahia e membro da articulação Enegrecer a Confecom; Juliana Cézar Nunes – Representante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira-DF) na Comissão Organizadora Distrital da Confecom do Distrito Federal e membro da articulação Enegrecer a Confecom. Representantes do empresariado do setor e o presidente da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Confecom, Marcelo Bechara, então Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, foram contactados várias vezes para entrevista, mas infelizmente não deram resposta.

[6] Professor universitário e militante histórico do Movimento Negro Brasileiro.

Ianni (2004) ainda ressalta que, embora no curso da história brasileira sempre tenha estado presente a questão racial – incluindo referências ao indígena e ao africano, ao português e ao espanhol, ao imigrante europeu de outros países e ao imigrante asiático também de diferentes nacionalidades, — cabe destacar o negro descendente do africano escravizado, marcado pela diáspora e pelo holocausto, compondo a mais numerosa coletividade, dentre todas as etnias. (IANNI, 2004, p. 144)

> Sim, grande parte da questão racial no Brasil diz respeito ao negro como etnia e categoria social, como a mais numerosa raça no sentido de categoria criada socialmente, na trama das relações sociais desiguais, no jogo de forças sociais, com as quais se rejeitam e desenvolvem hierarquias, desigualdades e alienações. (IANNI, 2004, p. 144)

Transformações políticas, institucionais e normativas fizeram com que o debate acerca da discriminação racial tomasse uma proporção maior na sociedade brasileira – inclusive entre os poderes Legislativo e Judiciário – e levaram as demandas relativas à promoção da igualdade racial a fazer parte da agenda institucional do governo federal. No entanto, as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais entre brancos e negros ainda são significativas. Organismos Governamentais que se dedicam à pesquisa e à coleta e análise de dados estatísticos, como o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dispõem de dados e pesquisas que comprovam quão grande é esta desigualdade no que se refere a diversos aspectos, como renda, acesso à educação, ao emprego, à moradia, à saúde, à cultura, entre tantas outras políticas públicas, bens, serviços e direitos. Organismos Não-Governamentais que têm se dedicado à pesquisa deste tema, como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), também atestam esta realidade.

> O processo de produção e reprodução da desigualdade racial não corresponde a um fenômeno simples, seja em termos de causalidades ou de conseqüências. Se suas origens remontam ao processo histórico de afirmação da supremacia racial branca durante os quase quatro séculos em que o país conviveu com a escravidão, esse processo foi reafirmado em novas bases após a abolição. (...) Nesse sentido, discutir políticas e instrumentos de combate à desigualdade racial implica em debater um conjunto variado de fenômenos que estão na base desse processo. (JACCOUD, 2008, p. 134-135)

Entre estes fenômenos destaca-se o racismo, que mantêm a população negra concentrada nos segmentos mais baixos da estratificação social, como apontam os dados já

apresentados neste trabalho e outros dados que serão apresentados a seguir. Silva (2013) expõe alguns aspectos da desigualdade racial brasileira:

> O racismo e seus reflexos na distribuição dos recursos são elementos estruturantes da desigualdade social no Brasil. O peso de seus efeitos é reafirmado por meio da evidenciação estatística de sua magnitude. A persistência da diferenciação racial no acesso a serviços públicos, na aquisição de capacidades e na posição social desvela as consequências da atuação sistemática de mecanismos de produção e reprodução das desigualdades em vários campos da vida social. (SILVA, 2013; IPEA, p. 13)

A desigualdade racial é, portanto, questão ainda não superada no país e o racismo é um elemento fundamental e importante para que se compreenda a dinâmica dessa estrutura de desigualdade racial sob a qual a sociedade está fundada. Dados do IPEA, no Boletim Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise n° 13, de 2007, demonstram que negros nascem com peso inferior a brancos, têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade, têm menor probabilidade de frequentar uma creche e sofrem taxas de repetência mais altas na escola, o que os leva a abandonar os estudos com níveis educacionais inferiores aos dos brancos. Jovens negros morrem de forma violenta em maior número que jovens brancos e têm probabilidades menores de encontrar um emprego. Quando contratados, negros recebem menos da metade do salário de brancos, o que leva a que se aposentem mais tarde e com valores inferiores. Ao longo da vida, sofrem com o pior atendimento no sistema de saúde e terminam por viver menos e em maior pobreza que brancos. “E isso não decorre apenas da situação de pobreza em que a população negra está majoritariamente inserida. As desigualdades raciais no Brasil são influenciadas de maneira determinante pela prática passada e presente da discriminação racial”. (IPEA, 2007, p. 281). Assim,

> A existência da discriminação contra negros no Brasil é hoje reconhecida como fato. Após extensa produção tanto qualitativa como quantitativa, é difícil negar os grandes diferenciais raciais observados em quase todos os campos da vida cotidiana. (IPEA, 2007, p. 281)

Diante deste histórico de desigualdades, a organização dessas reivindicações, ao longo da história do Movimento Negro no Brasil, se deu de várias formas e teve diversos momentos. É válido citar também Goldman e Silva (2008), que reforçam a ideia de que os diversos coletivos sob a rubrica de Movimento Negro, de fato podem ser incluídos nesta categoria, “(...) se levarmos o primeiro termo quase ao pé da letra: grupos e pessoas que se

movem na direção de uma vida mais digna e criativa. Movimento de resistência, na medida em que se busca escapar de um destino atribuído por uma estrutura social injusta". (GOLDMAN e SILVA, 2008, p.1)

> Nesse sentido, quilombos, movimentos abolicionistas, juntas de alforria, irmandades religiosas entre outras formas de organização do período escravocrata, são movimentos negros. Do mesmo modo, as várias organizações negras (jornais, clubes de lazer, associações, etc.) do período pós-abolição, como a Frente Negra Brasileira, as quais, além de denunciar o racismo, se preocupavam com a educação, a formação profissional, o comportamento social e a auto-valorização da população negra, buscando sua integração. (GOLDMAN e SILVA, 2008, p.1)

Na década de 1980, à medida que o movimento negro brasileiro intensificava sua incidência política nos espaços institucionais e se fortalecia no que tange à organização, as reflexões se aprofundavam e levavam a constatações relacionadas à questão racial em várias áreas, inclusive nas comunicações. Constatou-se certa exclusão étnica, comprovada pela invisibilidade dos negros na mídia brasileira, pela afirmação de estereótipos a partir do ponto de vista hegemônico, que colaboram para reforçar uma atitude e um sentimento de auto-desvalorização nos negros e o desinteresse dos veículos de comunicação por suas causas e ações. Para Sodré, "a mídia funciona, no nível macro, como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, (...) que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele." (SODRÉ, 1999, p.243) Assim, entidades do movimento negro foram percebendo o espaço midiático como um local onde se desenvolve parte significativa das relações étnicas/raciais brasileiras e um dos principais reprodutores da lógica racista, mas com um imenso potencial para promover a igualdade racial num país plural como o Brasil.

Dessa forma, surgiram na década de 1990 no âmbito acadêmico iniciativas direcionadas ao estudo das relações entre mídia e etnia, e multiplicaram-se entre as organizações do movimento negro os grupos preocupados com o debate sobre o tema e com a formulação e reivindicação de políticas públicas de comunicação voltadas para o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial. Entre as propostas que foram sendo geradas a partir do aprofundamento desses debates estão: uma regulação que coíba o racismo e garanta o direito à diversidade étnica na mídia e uma formação educativa que incorpore o debate sobre a questão racial nos cursos de Comunicação Social.

De acordo com Muniz Sodré (1999), na obra "Claros e escuros-Identidade, povo e mídia no Brasil", geralmente, os discursos sociais (manuais escolares, diálogos entre as

partes da sociedade – pais/filhos, professores/ estudantes –, programas e textos jornalísticos, etc.) têm na sua matriz referenciais da elite, segmento responsável pela produção e reprodução do preconceito. “É desses grupos sociais que nascem os discursos, os modelos cognitivos e as atitudes discriminatórias em relação às minorias.” (SODRÉ, 1999, p. 243) Para o autor, dessa elite faz parte também a mídia, que exerce o racismo midiático suscitada por fatores como a negação do racismo, a estigmatização e a indiferença profissional em relação à população negra.

Assim, além da participação na mobilização pela convocação e realização da 1ª Confecom, integrantes de movimentos negros do país e atores sociais negros vinculados a outras organizações, construíram, ao longo do ano de 2009, uma rede de diálogo que resultou na articulação Enegrecer a Confecom.

4. 1ª Conferência Nacional de Comunicação e a atuação dos movimentos negros na Articulação Enegrecer a Confecom

A articulação Enegrecer a Confecom, formada por cerca de 30 entidades, foi a rede por meio da qual os movimentos negros realizaram conferência livres da população negra em processos locais da Confecom e se organizaram para eleger representantes e levar propostas voltadas à promoção da igualdade racial e o combate ao racismo para a 1ª Confecom.

É válido, entretanto, discorrer um pouco sobre o papel de uma conferência nacional no processo de formulação de políticas públicas e como se deu a 1ª Conferência Nacional de Comunicação no contexto das conferências nacionais no Brasil que, conforme Souza (2008), são espaços públicos, em geral convocados pelo Poder Executivo, para interlocução direta entre agentes do Estado e da Sociedade Civil com a finalidade de formulação de diretrizes para políticas públicas. “Mesmo que existam contradições e limites intrínsecos à realização de mobilizações nacionais para a formulação de políticas públicas, percebe-se que há nas conferências a possibilidade de ampliar a participação em escala”. (SOUZA, 2008, p. 48)

Souza (2008) constata ainda que, partindo destas finalidades normativas, além do caráter de formulação e avaliação de ações do Estado, percebe-se, com a realização das conferências, a intenção de trazer os diversos sujeitos políticos para a discussão no espaço público e de conectar esse mecanismo de participação com outros de um sistema participativo, como no caso dos conselhos. Vale ressaltar que a Confecom foi a última de

um ciclo de 74 conferências nacionais realizadas nos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

No caso particular da 1ª Confecom, embora tivesse possível realização anunciada pela primeira vez em junho de 2007, pelo então ministro das comunicações Hélio Costa, sua organização foi confirmada pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2009 e em abril deste mesmo ano foi convocada oficialmente por Decreto presidencial. A etapa nacional da 1ª Confecom aconteceu de 14 a 17 de dezembro de 2009, em Brasília-DF, e reuniu cerca de 1.600 delegados – entre sociedade civil, empresariado do setor e Poder Público – em torno do tema "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital". Antes de etapa nacional ocorrer, houve uma série de mobilizações, reuniões, encontros e seminários preparatórios, puxados pelos três setores envolvidos diretamente nesse processo.

Em junho de 2007 foi realizado na Câmara dos Deputados, o Encontro Nacional de Comunicação "Na luta por Democracia e Direitos Humanos", evento nacional preparatório para a 1ª Confecom. O encontro foi promovido pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, com a participação de representantes da sociedade civil organizada, ministros, parlamentares e profissionais de comunicação que concordaram, ao longo do evento, com a necessidade de revisão da legislação brasileira para garantir a democratização da mídia. Dentre as propostas debatidas, estavam a regulamentação específica dos princípios constitucionais que tratam da comunicação, o fortalecimento de um sistema público e a construção e garantia de uma legislação que incluísse mecanismos de participação e de prestação de contas pela mídia. O encontro produziu uma carta aberta ao presidente da República intitulada "Por uma legítima e democrática Conferência Nacional de Comunicações" que, entre outras coisas, ressaltava a importância da comunicação na formação de valores e opiniões, no fomento e na produção das culturas e nas relações de poder e, por isso, a necessidade de uma reflexão sobre os meios, a cadeia produtiva e os sistemas; as diversas formas pelas quais o conteúdo, enquanto conhecimento, cultura, lazer e informação – inclusive comercial –, são produzidos, difundidos, assimilados e usufruídos pela população; daí a necessidade de corrigir algumas distorções históricas no setor.

Também nasceu, a partir deste encontro, uma mobilização nacional pró-conferência de comunicação, denominada mais tarde de Comissão Nacional Pró-Conferência (CNPC), que reuniu representantes de uma série de movimentos sociais, entidades ligadas à

comunicação, comissões parlamentares e frentes históricas de luta pela democratização das comunicações no Brasil. A iniciativa foi da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara.

Conforme Jonas Valente, integrante do Intervozes-Coletivo Brasil de Comunicação Social e representante da entidade na Comissão Organizadora Nacional da Confecom, em 2007 a Comissão Nacional Pró-Conferência já fazia pressão junto ao Governo Federal, o que seguiu acontecendo no ano de 2008.

> O governo não dava sinalização de que iria fazer a conferência. No fim de 2008, tem duas coisas que eu acho que são marcos importantes. A gente realizou um evento na Câmara, com o plenário lotado, em que a gente chama o (Marcelo) Bechara e a gente consegue articular também a Secretaria Geral. Então a pauta sai do Minicom (Ministério das Comunicações) e vai para dentro do (Palácio do) Planalto. E tinha sinalização de uma reunião com a Secretaria Geral logo depois do Fórum Social Mundial de 2009. Por algum razão, que a gente não sabe qual é, o Lula, ao responder uma pergunta do Fórum Social Mundial 2009, fala que entre os projetos do governo na área da comunicação estão o PL 29 e a Conferência de Comunicação. E aquilo é comemorado pelas organizações da sociedade civil, que entendem aquilo com uma sinalização de "vamos fazer". (VALENTE, 2013)

Octavio Pieranti, representante do Ministério da Cultura na Comissão Organizadora Nacional da Confecom, confirma que, dentro do Governo, a conferência passa a ser a grande pauta a partir de meados de 2008. Pieranti também destaca e reconhece o papel decisivo que a sociedade civil teve para que a Confecom de fato ocorresse, visto que "a sociedade civil tinha todos os elementos jurídicos e técnicos para cobrar uma conferência de comunicação, porque ela não tinha existido até então" (PIERANTI, 2013).

Integrantes de movimentos negros do país e atores sociais negros vinculados a outras organizações, além de participarem da mobilização pela convocação e realização da 1ª Confecom, construíram, ao longo do ano de 2009, uma rede de diálogo que resultou na articulação Enegrecer a Confecom. Conforme Valdice Gomes, integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) de Alagoas e membro da Comissão Organizadora Estadual da Confecom, a criação da Enegrecer a Confecom partiu das Cojiras, que viram na Confecom uma possibilidade de ampliação da pauta comunicação e igualdade racial.

> Com a Confecom, a questão racial passou a ser mais discutida no âmbito dos comunicadores, de forma geral, e eu acho que isso também favoreceu que a Enegrecer a Confecom criasse corpo. Porque à medida que as discussões nos estados ia se ampliando, a gente fazia essa discussão e essa

> mobilização também por rede. Criou-se até uma lista de e-mails, que era a "enegrecer-confecom". Isso foi muito positivo e contribuiu bastante para que os jornalistas passassem a participar mais dessa luta. E, por outro lado, esses movimentos (de comunicação em geral) entenderam melhor a nossa pauta, e isso foi muito positivo, fez com que a gente criasse as propostas de promoção da igualdade racial na mídia com os atores que existem. (GOMES, 2013)

Para os ativistas entrevistados, entre eles, Pedro Caribé, representante do Intervozes-Coletivo Brasil de Comunicação Social na articulação Enegrecer a Confecom, o processo proporcionou o reconhecimento de várias lideranças negras que estavam atuando efetivamente na pauta da questão racial ligada à comunicação e também deu um peso à esta pauta no diálogo com os outros movimentos, pelo fato de os ativistas negros, por meio da Enegrecer da Confecom, terem realizado conferências livres e se articulado com outros estados para tirar um número razoável de delegados.

> Houve um reconhecimento de várias pessoas, ativistas, que estavam atuando efetivamente na questão racial ligada à comunicação, como o Instituto de Mídia Étnica e uma série de outros atores políticos, de grupos se formando, reunião de mulheres. Eu lembro que teve uma reunião organizada e bancada pela Ford (Fundação Ford) esse ano, do grupo de mulheres na época da Confecom. Inclusive as mulheres negras tiveram uma participação muito significativa nesse processo. Se não me engano Juliana (Juliana Cézar Nunes-Cojira-DF) e Sueide (Sueide Kintê, do Instituto Flores de Dan e da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras) estavam nessa reunião. Mas houve uma identificação de que precisava ter um tipo de atuação da questão racial na Conferência, nas plenárias da comissão nacional. Eu lembro que as meninas estiveram na reunião de mulheres e avaliaram que tinha essa questão racial, que precisavam se organizar. A Abraço, os jornalistas, estavam se organizando em espaços paralelos às comissões pró-Conferência. Tinham fluxos de informação, mas a gente não tinha esse fluxo de informação da questão racial. E isso precisava ser debatido, precisava ser colocado. E foi aí se configurou essa articulação Enegrecer a Confecom. (CARIBÉ, 2013)

Conforme Juliana Cézar Nunes, representante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira-DF) na Comissão Organizadora Distrital da Conferência de Comunicação, os próprios movimentos sociais apresentavam resistência em incluir a pauta racial no processo da Confecom. Sobre essa resistência, Nunes (2013) comenta que muitas arestas permanecem, mas avalia que o processo da Confecom foi pedagógico e que foi possível fazer alianças.

> A Confecom envolvia o movimento de democratização da comunicação, que é muito diverso, envolve entidades de vários campos, com

> entendimentos às vezes convergentes, às vezes não. Então, nesse processo, a gente conseguiu estabelecer alianças, mas também identificou pontos em que até hoje são difíceis de avançar na pauta racial em interface com a comunicação. Acho que a Confecom serviu como uma questão educativa em relação a esse tema, mas ao longo da conferência a gente teve vários conflitos, como por exemplo, o debate dentro da própria sociedade civil sobre cotas de gênero e raça para delegados, que acabou isso não se consolidando porque havia uma divergência entre os próprios movimentos sociais. (NUNES, 2013)

Mesmo com as alianças e com a existência da articulação Enegrecer a Confecom ajudando a fortalecer a pauta e os atores que sustentavam esse debate, Nunes (2013) destaca que o diálogo com a sociedade civil foi difícil e, em certos momentos, frustrante.

> (...) sempre me dava uma sensação de que quando a gente falava das pautas da comunicação com a interface no combate ao racismo e igualdade racial, era uma coisa minimizada. Parecia que as pessoas ouviam, mas aquilo não fazia a menor diferença. Considerava-se a questão racial dentro das políticas públicas de comunicação como uma questão menor, como uma micropolítica e não como uma política estruturante. E eu acredito que essa visão, infelizmente, ainda permanece nos movimentos sociais. Já houve alguma mudança, principalmente, motivada pelo financiamento internacional, porque hoje os organismos internacionais que trabalham com a comunicação já colocam a questão racial como prioridade nas atividades que eles financiam. (NUNES, 2013)

A despeito do que foi relatado acima, Nunes (2013) avalia que houve uma mudança catalisada pelo processo pedagógico que a Confecom proporcionou; pelo fato de a articulação ter se constituído num novo espaço de interlocução, que deu peso à pauta negra no diálogo com os outros movimentos; pelo fato de os ativistas negros, por meio da Enegrecer da Confecom, terem realizado conferências livres e se articulado com outros estados para tirar um número razoável de delegados. “Isso tudo fez com que a gente tivesse um outro status dentro da Conferência, embora eu acredite que o decisivo nessa mudança foi a visão dos organismos internacionais financiadores.” (NUNES, 2013).

Nas etapas estaduais foram aprovadas diversas propostas relacionadas à questão racial. Dentre as milhares de propostas aprovadas nas etapas estaduais e levadas para debate e votação na etapa nacional da Confecom, a Enegrecer a Confecom elencou 10 propostas[7]

[7] Propostas prioritárias da Enegrecer a Confecom:
1- Criação de uma política nacional de comunicação de enfrentamento do racismo e pela democratização da mídia, criando um observatório nacional para desenvolvimento de estudos sobre mídias e racismo
2- Inclusão, por parte de entidades da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresas públicas, sociedades de economia mista e privadas, cláusulas de participação de artistas em proporção não inferior a 50% de

consideradas como diretrizes mínimas para que o Brasil efetive a promoção da igualdade racial no campo da comunicação, entendendo que, sem a inclusão racial no âmbito da comunicação a democratização desse setor estaria irreversivelmente comprometida.

5. Conclusões

A despeito de todas as adversidades e obstáculos a que a organização coletiva da população negra foi submetida historicamente, os negros sempre atuaram politicamente, se partimos de uma compreensão de política para além do âmbito institucional. Tal atuação se iniciou por meio de ações coletivas de resistência ao sistema escravocrata e, após a abolição da escravatura, com a luta pela conquista da cidadania e pela inserção nos espaços convencionais da sociedade, espaços estes políticos ou não; institucionais ou não. Essas diversas formas de organização e resistência, apesar das barreiras impostas, permitiram que os negros buscassem se impor como sujeitos políticos potenciais.

Com as mudanças significativas que ocorreram no contexto político e social do Brasil, entre elas o processo de redemocratização do país e o fortalecimento da atuação da sociedade civil por meio das mais diversas formas coletivas de organização, integrantes dos movimentos negros contribuíram com a criação de um ambiente propício para o surgimento de organizações preocupadas com a temática racial.

As organizações que hoje lutam, sobretudo, pelo reconhecimento público da temática racial e no combate ao racismo, encontraram no acesso aos chamados direitos de

---

negros/negras do número total de artistas e figurantes, nos contratos de realização de filmes, programas, propagandas, telenovelas, peças teatrais ou quaisquer outros meio de comunicação de caráter publicitário
3- Que a renovação das concessões tenha como um dos critérios as questões de gênero, faixa etária, diversidade sexual, étnico-raciais
4- Garantia de concessões para comunidades tradicionais, com recorte para matriz africana: paridade racial e de gênero na publicidade; percentual nos sistema públicos, privados e estatal – para programas que tratem da história da África e da população de origem africana e indígena no Brasil, considerando a lei 10.639; participação do movimento negro e indígena organizado no Conselho de Comunicação Social e demais órgãos de regulação; política específica de inclusão digital para as comunidades tradicionais; criação de penalidades específicas para combater o racismo e todas as demais formas de discriminação e exclusão nos meios de comunicação
5- Criação de editais públicos para o financiamento e o apoio aos veículos de comunicação alternativos e produções de comunicadores, artistas e comunidades negras/indígenas em geral
6- Garantia de recursos de recorte racial no Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) para a realização de projetos na área de tecnologia da informação e comunicação para a juventude negra
7- Incentivo à criação e ao funcionamento de rádios comunitárias em áreas habitadas pela população negra e quilombola como forma de assegurar o direito a informação e cultura dessas comunidades
8- Realização de censo étnico-racial, de gênero e orientação sexual nos veículos de telecomunicação e de comunicação (públicos, educativos, privados e comunitários)
9- Capacitação de núcleos jurídicos para que a população negra e afro-religiosa seja devidamente assistida em casos de violação de direitos na mídia, garantindo direito de resposta ou mesmo processo judicial contra os veículos de comunicação responsáveis pela divulgação de imagens ou informações estigmatizadoras ou inverídicas
10- Incentivo à utilização de novas tecnologias e redes sociais por pontos de cultura, comunicadores, artistas negros/indígenas e afro-religiosos empenhados em efetivar o direito a informação, comunicação e cultura, além de combater o racismo, a discriminação, a intolerância religiosa e homofobia. Disponível em: http://enegrecercomunicacao.wordpress.com/2009/12/14/agenda-prioritaria-da-articulacao-enegrecer-a-confecom/. Acesso: 8 jun. 2013.

cidadania a chave para o combate às diversas formas de racismo, inclusive aquele reforçado pelos veículos de comunicação, seja através da invisibilidade dos negros na mídia, seja pela afirmação de estereótipos a partir do ponto de vista social hegemônico, que contribuem para reproduzir a lógica racista de uma sociedade marcada por mais de 300 anos de escravidão negra, em que os negros possuíam status de animais ou meros instrumentos de trabalho.

Assim, preocupadas com a invisibilidade dos negros na mídia, com o combate ao racismo e promoção da diversidade étnico-racial na mídia, organizações negras se apropriaram também da luta pelo direito à comunicação e um marco desse processo, foi o envolvimento de movimentos negros na reivindicação e construção da 1ª Conferência Nacional de Comunicação que, por sua vez, trouxe à tona o debate das políticas de comunicações com o viés racial para a sociedade em geral, para o Poder Público e para o movimento nacional pela democratização das comunicações, fortalecendo-o e ampliando-o dentro dos movimentos negros.

Com o aprofundamento das reflexões, os movimentos negros entenderam também que a luta por um modelo de comunicação mais democrática, que inclua a população negra como sujeito político e que combata o racismo, é fundamental para a afirmação política e social de um contingente que, na maior parte da história brasileira, foi mantido à margem da política institucional e da maioria dos espaços social e economicamente importantes da sociedade, tais como empregos formais, escolas, universidades e veículos de comunicação.

Por fim, dada toda a história de organização e luta do povo negro, e considerando a recente compreensão e mobilização de movimentos negros em torno da comunicação pode-se inferir que os debates envolvendo o tema comunicação e igualdade racial tendem a amadurecer e tomar uma dimensão maior, apesar da inexistência da articulação Enegrecer a Confecom. Levando em conta que organizações internacionais como ONU (Organização das Nações Unidas), Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), estão priorizando este tema em suas agendas – a ONU declarou o ano de 2011 como ano internacional dos afrodescendentes – a tendência é que este debate se amplie e ganhe mais ressonância, inclusive, junto aos representantes do poder Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiro, fortalecendo o debate e a reflexão debate sobre o referido tema nos espaços públicos institucionais.

Em relação à implementação das propostas prioritárias da articulação Enegrecer a Confecom aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação pelo Poder Público, há certo pessimismo na fala de todos os entrevistados, motivado pela negação do racismo e a

dificuldade do governo em fazer o enfrentamento do empresariado do setor no que se refere à pauta da democratização das comunicações. A maior vitória da Conferência, de acordo com a avaliação destes atores, foi a amplificação e capilarização dos debates acerca das políticas de comunicações no país, em especial aquelas com recorte racial, o reconhecimento político dos atores e a formação de novos atores políticos para incidirem nesta pauta.

REFERÊNCIAS

CABRAL FILHO, A. V.; ROSA, P. S. **A construção recente das Políticas de Comunicação pelos movimentos sociais no Brasil**. XVIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE.2013, Bauru-SP. Artigo. Intercom, 2013. http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0840-1.pdf. Acesso em: 23 out. 2013.

CARIBÉ, P. A. **Pedro Caribé**: [20 ago. 2013]. Brasília, DF, 2013. Entrevista concedida a Cecília Bizerra Sousa sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro:** alguns apontamentos históricos. Niterói, Revista Tempo, Vol.12, n.23, 2007.

ENCONTRO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO. **Por uma legítima e democrática Conferência Nacional de Comunicações.** Carta aberta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, Encontro Nacional de Comunicação: na luta por democracia e direitos humanos, 22 de junho de 2007.

GOLDMAN, M.; SILVA, A. C. C. Os muitos movimentos negros . **Folha de São Paulo.** Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2311200822.htm. Acesso em: 12 dez. 2013

GOMES, V. **Valdice Gomes**: entrevista. [23 set. 2013]. Brasília, DF, 2013. Entrevista concedida a Cecília Bizerra Sousa sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação e a articulação "Enegrecer a Confecom".

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP, EDUSC, 2004.

IPEA. **Boletim Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. N° 13, 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/BPS_13_completo13.pdf. Acesso em: 4 dez. 2013.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação**. Ministério das Comunicações. FGV Projetos, 10 de junho de 2010.

NUNES, J.C. **Juliana Cézar Nunes**: entrevista. [30 out. 2013]. Brasília, DF, 2013. Entrevista concedida a Cecília Bizerra Sousa sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação e a articulação "Enegrecer a Confecom".

PIERANTI, O**. Octavio Pieranti**: entrevista. [16 ago. 2013]. Brasília, DF, 2013. Entrevista concedida a Cecília Bizerra Sousa sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

RAMOS, M.C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SILVA, T. D. Panorama Social da População Negra. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira. (orgs.). **Igualdade racial no Brasil:** reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.

SODRÉ, M. **Claros e escuros:** identidade povo e mídia no Brasil**.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, C. H. L. **Partilha de poder decisório em processos participativos nacionais.** 2008. 160 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2008

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Vozes, 1998.

VALENTE, J. **Jonas Valente**: entrevista. [12 set. 2013]. Brasília, DF, 2013. Entrevista concedida a Cecília Bizerra Sousa sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação.